

O TROCO

Jornal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região | Setembro 2018

Mala Direta
Postal Básica
9912330578 - DR/RS
SIND. BANCÁRIOS PELOTAS
CORREIOS



SINDICATO DOS
BANCÁRIOS
PELOTAS E REGIÃO



Mesmo com conjuntura desfavorável, a organização dos trabalhadores garante todos os direitos e aumento acima da inflação



O TROCO

Uma publicação mensal do Sindicato
dos Bancários de Pelotas e Região
setembro/2018

Editorial

A manutenção de todos os direitos da CCT e do aumento acima da inflação, na Campanha Salarial 2018, resultam da organização da categoria. Mesmo com uma conjuntura completamente desfavorável, com a imposição de uma agenda política que visa a destruição dos direitos trabalhistas, não abrimos mão da garantia de todos os direitos e dos acordos específicos para a Caixa, o BB e o Bannisul. É importante lembrar que, neste ano, havia um sério risco – agora superado – de que 91 mil hipersuficientes ficassem de fora do acordo. As negociações com os bancos públicos também garantiram a manutenção de todas as cláusulas dos acordos específicos, inclusive Saúde Caixa e PLR Social, que estavam ameaçados. Vale ressaltar que os bancários serão os únicos empregados do setor público com aumento real e sem retirada de direitos. É importante lembrar, ainda, em quais condições se deu esse acordo. Um cenário em que, de 2016 para cá, já foi aprovado o congelamento dos investimentos em saúde e educação por 20 anos, a reforma trabalhista e a lei de terceirização ilimitada. Medidas que, em conjunto, estão sepultando a CLT. Com a nova legislação trabalhista, o governo pôs fim à validade dos acordos e convenções coletivas até que um novo seja firmado (ultratividade). Além disso, ao decretar o fim do imposto sindical - sem prever uma nova fonte de financiamento – o governo e os banqueiros têm o claro intuito de enfraquecer a organização dos trabalhadores. Considerando todo esse quadro, a manutenção dos direitos e o aumento real acima da média dos acordos firmados por outras categorias podem ser considerados como importantes conquistas para os bancários.

Expediente

Coordenador de Comunicação

LUIS DIOGO

Jornalista Responsável

EDUARDO MENEZES | MTb 15966 DRT/RS

Estagiário de Comunicação

MARCELO NASCENTE

Periódico mensal do Sindicato dos Bancários de Pelotas
e Região. Rua Tiradentes, 3087 - Pelotas/RS

Telefone: (53) 3225.4108 e (53) 3225.4066

Site: www.bancariospel.org.br

e-mail: seebimprensa@gmail.com

Impressão Gráfica Seriararte

Artigo

STF aprova Terceirização irrestrita: dia de luto

Por Valdete Souto Severo*

É difícil expressar a dor em palavras. Mais difícil é calar.

É que a terceirização é responsável (e tantos estudos o comprovam) pela facilitação do trabalho infantil, pela facilitação do trabalho escravizado, pela redução de salário, pela supressão de férias, pelo aumento do adoecimento em razão do trabalho...

A terceirização facilita a corrupção em âmbito público, boicota a regra constitucional que exige contratação por concurso, rompendo definitivamente com a impessoalidade.

Afasta quem trabalha de seus pares e de quem efetivamente se beneficia com a sua força de trabalho; fragmenta a classe trabalhadora, torna invisíveis pessoas de carne e osso que passam o dia em ambientes em que não são reconhecidas nem se sentem integradas.

A dor é imensa, como certamente serão as consequências sociais de uma opção que precariza.

Dia de luto. Chove em Porto Alegre, verte água dos céus e dos olhos de quem batalha há tanto tempo para banir a precarização da realidade das relações de trabalho. Anima apenas a consciência do enfrentamento de um tempo histórico que, como os demais, passará.

O Direito do Trabalho irá resistir. Seu discurso persistirá nas vozes das advogadas e advogados, juízas e juizes, promotoras e promotores, de todos aqueles que um dia acreditaram e seguem acreditando que somos “um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”.

* Doutora em Direito do Trabalho pela USP/SP e Juíza do trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região.

CHARGE



Sindicato recebe o primeiro encontro do Curso de Formação Intersindical



Na quarta-feira (29/08), o Sindicato dos Bancários recebeu o primeiro encontro do Curso de Formação Intersindical. Idealizado pelo coordenador de formação do Sindicato, Ricardo Bochi, em parceria com diretores de outros sindicatos de Pelotas, o objetivo do projeto é preparar os dirigentes sindicais – e os trabalhadores de modo geral – para os desafios que estão sendo impostos pelas transformações no mundo do trabalho, sobretudo após a aprovação da nova legislação trabalhista.

“A avaliação deste primeiro dia de curso é muito positiva. Esse projeto é fruto do trabalho coletivo das lideranças sindicais da nossa cidade, que compreenderam a necessidade de não só trabalhar a formação política, nesses tempos de avanço das políticas neoliberais, mas, também, valorizar os pesquisadores da nossa região, convidando-os a suscitar debates pertinentes aos trabalhadores, como, nesse primeiro momento, ao tratarmos dos princípios da produção industrial e da reorganização do mundo do trabalho”, avalia o diretor Ricardo Bochi.

Ao dar início ao diálogo sobre Fordismo e Taylorismo, o professor Francisco Eduardo Beckenkamp Vargas enfatizou a importância do viés histórico e sociológico para compreender a conjuntura atual. “É preciso compreender que existe uma crise no âmbito da sociedade do trabalho e das relações de trabalho. Afinal, o trabalho, nas sociedades modernas, foi pensado como um elemento utópico, como uma atividade capaz de produzir uma emancipação no mundo moderno”, enfatizou. Durante a sua explanação, o pesquisador demonstrou que a “utopia do trabalho”, almejada por muitos pesquisadores ainda no século XX, não se realizou por completo, uma vez que a atual crise da sociedade do trabalho é, acima de tudo, uma crise do próprio capitalismo, enquanto modelo de uma organização social que não deu certo.

De modo complementar, o sociólogo Hilbert David de Oliveira Souza, enfatizou a importância de se pensar em uma perspectiva histórica as últimas décadas do trabalho no Brasil. “Daqui a alguns anos nós vamos olhar para esta última década e defini-la como a era de ouro do trabalho no Brasil. Da mesma forma que, hoje, se fala das grandes transformações que ocorreram no mercado euro-

peu, no pós-guerra, o Brasil sofreu mudanças muito significativas, no início do século XXI, no que tange o mercado de trabalho”, explicou.

De acordo com os palestrantes, é preciso compreender que as transformações do capitalismo acarretam em um aumento das desigualdades sociais. “Essas mudanças levaram, primeiro, à uma mercantilização, depois, à uma desmercantilização, e posteriormente, à uma remercantilização das relações de trabalho, indicando uma nova tendência à individualização e à contratualização destas relações, colocando em risco os direitos sociais e as formas consolidadas de proteção social”, enfatizou Beckenkamp.

A profunda mudança no perfil da classe trabalhadora, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, foi apontada, pelos dois pesquisadores, como um diagnóstico preciso desse momento em que vivenciamos, marcado pela acumulação flexível. Os bancários já estão sentindo os reflexos do processo de reestruturação da atividade produtiva a partir da política de reestruturação dos bancos. O cenário de hoje, após a aprovação da reforma trabalhista, tende a acelerar o processo de precarização do trabalho, com aumento da rotatividade no emprego e das terceirizações. Associado à esse cenário, os bancários assistem à massiva introdução das novas tecnologias da informação e comunicação, que são apresentadas como substitutivas do trabalho prestado pelos bancários

Fique atento

A reflexão iniciada nesta semana não se encerra aqui. Já estão sendo programados novos encontros para os meses de outubro e novembro. Os próximos temas dão continuidade à discussão sobre a sociedade do trabalho, passando pelo toyotismo e culminando com as políticas neoliberais, na contemporaneidade. Assim que os próximos palestrantes estiverem confirmados serão divulgadas mais informações em nossos canais de comunicação.

O Curso de Formação Intersindical está sendo promovido, em parceria, entre o Sindicato dos Bancários, STICAP, Sinasefe, Sindicato dos Metalúrgicos, Simsapel, Sintrapospetro, Simpro, Centro Acadêmico Ferreira Viana (Direito da UFPel) e o coordenador jurídico do Sindicato dos Bancários, Rubens Soares Vellinho.

CAMPANHA SALARIAL 2018

REAJUSTE DE 5%

COM GARANTIA DE DIREITOS

Foram necessárias 10 rodadas de negociação para que a Fenaban, enfim, apresentasse uma proposta de acordo, na mesa única de negociações, no dia 25 de agosto. Quatro dias depois, reunidos em assembleias por todo o país, os bancários aprovaram a proposta final da Fenaban e os aditivos da Caixa, do BB e do Barrisul. Mesmo com as dificuldades impostas pela entrada em vigor da nova legislação trabalhista, o movimento sindical conseguiu deixar acordado um reajuste salarial de 5% (aumento real de 1,18% sobre uma inflação do INPC projetada em 3,78%) e a garantia de manutenção de todos os direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), válida para os empregados de bancos públicos e privados do Brasil. Com isso, a primeira parcela da PLR será paga no dia 20 de setembro.

TAXA NEGOCIAL

No acordo coletivo deste ano, foi negociado junto aos bancos o **desconto de 1,5% sobre o salário de setembro e a PLR** para cobrir as despesas com a Campanha Salarial e compensar a perda do imposto sindical, que era realizado no mês de março. Em assembleia, a diretoria apresentou uma proposta - aprovada pela categoria - de devolver a mensalidade cobrada no mês de setembro aos associados, já que não houve debate junto aos bancários na negociação da taxa.

AUMENTO REAL ESTÁ ACIMA DA MÉDIA DOS ACORDOS NO SEMESTRE



PROPOSTA DA FENABAN 2018	
Itens da CCT	2018
Pisos após 90 dias	
Portaria	R\$ 1.605,19
Escritório	R\$ 2.302,52
Caixa e Tesoureiro	R\$ 3.110,40
Auxílios	
Auxílio-Refeição	R\$ 35,18
Auxílio-Alimentação	R\$ 609,87
13º Auxílio Alimentação	R\$ 609,87
Auxílio creche/babá (filhos de até 71 meses)	R\$ 468,42
Remuneração Variável	
PLR-Regra Básica	
90% do salário + valor fixo	R\$ 2.355,76
PLR-Parcela Adicional	R\$ 4.711,52
Antecipação PLR	
54% do salário + valor fixo	R\$ 1.413,45
Teto antecipação parcela adicional	R\$ 2.355,76



Categoria se fez presente em grande número, na assembleia, e aprovou propostas

NOVAS CONQUISTAS

- Garante o parcelamento do adiantamento de férias em três vezes, a pedido do empregado;



- Mantém todos os direitos da CCT ao hipersuficiente (quem ganha a partir de R\$ 11.291,60);

- Horário de almoço poderá ser flexibilizado: quem tem jornada de 6 horas e tiver de fazer hora extra, terá intervalo de almoço de 30 minutos, e não de 1 hora como determina

a lei;

- Reajuste de 5% (reposição da inflação mais 1,18% de aumento real) sobre salários e demais verbas como VA, VR, 13a Cesta e Auxílio-Creche/Babá;

- Bancário demitido não precisará mais requerer o pagamento da PLR proporcional se tiver conta corrente ativa no banco; os demais terão prazo para solicitar o pagamento;

VEJA NO QUE OS BANCOS RECUARAM

- Queriam pagar PLR menor para as bancárias em licença-maternidade. Voltaram atrás e a PLR integral para as mães foi mantida;

- Também queriam pagar PLR proporcional aos trabalhadores e trabalhadoras afastados por doença ou acidente. Este

direito também está mantido;

- Mantiveram o direito ao adiantamento emergencial para quem tem recurso ao INSS por 120 dias, previsto na cláusula 65 (bancos queriam reduzir para 90 dias);

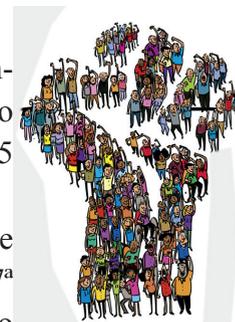
- Está mantida a proibição da divulgação de ranking individual, prevista na cláusula 37ª da CCT, conquistada pela categoria como forma de reduzir a pressão por metas;

- Mantiveram o salário do substituto (cláusula 5ª), que queriam retirar;

- Os bancários e bancárias terão até 30 dias para apresentar o recibo para reembolso do auxílio-creche; os bancos queriam que esse prazo fosse menor, de 10 dias;

- Voltaram atrás da proposta de extinguir a cláusula que previa adicional de insalubridade e periculosidade (cláusula 10ª);

- Para a cláusula de gratificação de função, que prevê 55% de comissionamento, a Fenaban queria reduzir para 33%, como está na CLT. Após pressão, manteve-se o mínimo de 55%, sendo que, em caso de ação trabalhista para 7ª e 8ª horas, será descontado o que já foi pago, o que já tem sido praticado pela Justiça Trabalhista. A mudança não impacta nas ações anteriores à assinatura do acordo, com período de 3 meses de transição.



Levantamento feito pelo Dieese, que levou em conta 2.896 acordos entre janeiro e junho, mostra que 78% deles tiveram aumento real, e a média foi de 0,94%.

A força da categoria, na mesa de negociação com os bancos e nas mobilizações em todo o país, garantiu proposta de reajuste de 5% com aumento real de 1,18%.

Comando considera proposta do Banrisul satisfatória



O Banrisul apresentou uma proposta considerada satisfatória pelo Comando Nacional dos Banrisulenses, na manhã da quarta-feira, 29/8, na sede da ASBANCOS. Houve avanços. Além da garantia de manter as conquistas históricas, o Banrisul irá pagar abono de R\$ 1.000 de forma linear para todos os colegas no próximo dia 12 de setembro, diferentemente da Fenaban, que pagará dia 20/9. As antecipações das primeiras parcelas da PLR Fenaban e da PLR Banrisul também serão depositadas nesta data. Os banrisulenses aprovaram a proposta, em assembleia, realizada na quarta-feira (29/08).

Além disso, o banco seguiu a Convenção Coletiva Nacional da Fenaban e aplicar 5% de reajuste (1,18% de aumento real) em todas as verbas salariais dos Banrisulenses (piso, tíquetes, cestas, etc). Ao construir a retirada da proposta do

banco de horas do Acordo Coletivo Específico, o Comando firmou com a diretoria o compromisso de aprofundar este tema em negociação específica.

Outra questão importante foi a retomada das mesas de negociações permanentes de segurança, condições de trabalho e diversidade. A primeira reunião da Comissão de Segurança, Saúde e Condições de Trabalho será no próximo dia 25 de setembro. As outras mesas ocorrerão periodicamente na penúltima terça-feira de cada mês. Os representantes dos trabalhadores pontuaram a importância de o Banrisul estabelecer com urgência um cronograma de padronização dos equipamentos de segurança.

Quanto à negociação permanente de diversidade, ficou acordado que essa Comissão irá esperar a apresentação, pela Fenaban, dos Dados da Pesquisa de Diversidade.

BANCO DO BRASIL

Proposta final do BB é aprovada pela Categoria

A proposta do Banco do Brasil, de acordo coletivo de dois anos, com reajuste de 5% de 2018 e inflação mais ganho real de 1%, em 2019, sobre todas as verbas, foi aprovada em assembleia no dia 29 de agosto.

Confira os principais pontos:

Intervalo de almoço

O intervalo de almoço dos funcionários com jornada de oito horas poderá ser reduzido para 30 minutos, de forma facultativa. Já para os funcionários de seis horas será mantido o modelo atual, sem registro de ponto. No caso de horas extras, o tempo mínimo de intervalo para o funcionário de jornada de seis horas, poderá ser de 30 minutos.

Banco de horas

Os funcionários terão seis meses para a compensação das horas extras com folgas, sendo um dia acumulado para um dia folgado, e caso a compensação não aconteça em até seis meses, o saldo de horas será convertido em espécie e pago no mês subsequente com o devido adicional de hora extra, ou seja, uma hora e meia.



PLR

Está mantido o mesmo modelo de PLR no Banco do Brasil e o pagamento do primeiro semestre, assim como nos anos anteriores, será logo após a assinatura do acordo, caso seja aprovado.

Manutenção das três avaliações

Foi conquistada na última reunião, realizada no dia 22 de agosto, a manutenção da cláusula do Acordo Coletivo que garante a observação de três ciclos avaliatórios consecutivos de GDP com desempenhos insatisfatórios, para efeito de descomissionamento.

CAIXA

Proposta mantém Saúde Caixa e PLR Social



Após muita discussão, no dia 29 de agosto, em assembleia, a categoria aprovou a proposta dos representantes dos bancos. O acordo viabilizado pelo movimento sindical resultou na manutenção da cobertura do Saúde Caixa e do modelo de custeio no qual os custos administrativo e fiscal ficarão sob encargo do banco. Além disso, 70% dos custos assistenciais também serão de responsabilidade da Caixa.

Contudo, os empregados admitidos após 31 de agosto de 2018 não terão direito ao Saúde Caixa nos moldes atuais. A Caixa assegurará aos empregados admitidos após 31 de agosto e seus dependentes, assistência à saúde submetido à legislação vigente.

PLR e PLR Social

Foi garantida a PLR social (4% do lucro líquido apurado no

exercício de 2018, distribuído em valores iguais para todos os empregados. Pagamento da PLR pela regra Fenaban (90% da remuneração-base vigente em primeiro de setembro de 2018 acrescido do valor de R\$ 2.355,76, limitado ao valor de R\$ 12.637,50). Antecipação de 50% do valor da PLR devida a ser paga em 20 de setembro. Pelo acordo atual, a porcentagem da antecipação é de 60%.

Intervalo intrajornada

A Caixa voltou atrás na tentativa de estender o intervalo intrajornada para empregados com jornada de até 6 horas para 30 minutos, sendo que 15 minutos ficariam dentro da jornada e outros 15 ficariam fora da jornada. Também recuou na proposta de redução do intervalo de 1 hora para 30 minutos para empregados com jornada acima de 6 horas.

Festa dos Bancários reúne categoria em confraternização

Em comemoração aos 85 anos do Sindicato e ao Dia do Bancário – celebrado dia 28 de agosto - a categoria se reuniu, mais uma vez, para a já tradicional Festa dos

Bancários. O evento, realizado no dia 31 de agosto, contou com a animação da Hawaii Show Band. Confira algumas das imagens da Festa.

